

TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO: PESQUISA EM PASSO FUNDO/RS (MARÇO A ABRIL DE 2021)**Leilane Serratine Grubba**

Atitus Educação (AE)

Maria Paula Donelli

Atitus Educação (AE)

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo investigar os fatores que levam pessoas transexuais e travestis a exercerem o labor sexual e apresenta como hipótese a necessidade de subsistência como fator principal para a prostituição. Elenca-se a inequidade de acesso à escolarização e a falta de oportunidades profissionais. Metodologicamente, apresenta-se uma pesquisa em estado da arte sobre a prostituição de pessoas travestis e transexuais. Na sequência, apresenta-se o resultado de pesquisa quantitativa realizada na cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil, com foco principal no problema apresentado. A pesquisa tem como participantes pessoas travestis e transexuais que moram ou trabalham na mencionada cidade, e foi realizada em março e abril de 2021, contando com nove perguntas objetivas. Os participantes indicaram a falta de oportunidades em trabalhos formais e informais e a necessidade de subsistência como motivos preponderantes para a escolha da prostituição. A prostituição não é a única profissão exercida pelos participantes.

Palavras-chave: Gênero; Prostituição; Transexualidade.

TRANSVESTIC AND TRANSEXUAL PEOPLE LABORING: research in Passo Fundo/RS (2021, March-April)**ABSTRACT**

The research aims to investigate the factors that lead transsexual and transvestic people to exercise sexual work. The hypothesizes states the need for subsistence is the main factor for transvestic and transsexuals to prostitute themselves. There is also a lack of access to schooling and professional opportunities. Methodologically, we present state-of-the-art research on the prostitution of transvestic and transsexuals. Next, we present the result of a quantitative research carried out in Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brazil, with a main focus on the research problem. The survey has transvestic and transgender people who live or work in the aforementioned city as participants, and was carried out in March and April 2021, with nine objective questions. The participants indicated the lack of opportunities in formal and informal work and the need for subsistence as the main reasons for choosing prostitution. Participants exercised other professions besides prostitution.

Key-words: Gender; Prostitution; Transsexuality.

Recebido em: 01/03/2023

Aceito em: 19/06/2023

INTRODUÇÃO

No Brasil, diversas pessoas transgêneras e travestis recorrem à prostituição (i.e., trabalho sexual) como meio de renda ou para obter recursos para a sobrevivência. A prostituição pode ser vislumbrada como uma forma de trabalho legítima, fundada na liberdade individual, ou entendida como um domínio patriarcal sobre os corpos femininos ou feminizados; também, compreendida como uma escolha de renda quando outras são inexistentes ou insubsistentes.

De maneira geral, compreende-se que a transexualidade, a travestilidade ou a transgeneridade são “expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero, uma vez que estas são fundadas no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações. As normas de gênero definirão o considerado ‘real’ delimitando o campo no qual se pode conferir humanidade aos corpos.” (BUTLER, 1993, p. 20)

Conforme explica Preciado (2018), “em meio à Guerra Fria, aparece uma nova distinção ontológica e política entre “cis” (um corpo que conserva o gênero que lhe foi atribuído no nascimento) e “trans” (um corpo que se utiliza de tecnologias hormonais, cirúrgicas, protéticas ou jurídicas para modificar essa atribuição” (2018, p. 137). Nesta pesquisa, assumiremos a classificação e o entendimento apontado por Preciado, especialmente a utilização da “nomenclatura *cis* e *trans*, sabendo que esses dois *status* de gênero biopolítico são tecnicamente produzidos. Ambos dependem de métodos de reconhecimento visual, de produção performativa e de controle morfológico comuns. A diferença entre “cis” e “trans” depende da resistência à norma.” (2018, p. 137)

Desde 2002, a prostituição é admitida como profissão pelo Ministério do Trabalho Brasileiro, permitida para pessoas maiores de 18 anos, com direito ao recolhimento de contribuições previdenciárias, aposentadoria e auxílio-doença. Contudo, ainda é um tabu e existem muitas dificuldades para quem busca pelo registro profissional desse labor (MARQUES, 2004).

Embora não seja uma profissão completamente regulamentada, é uma das principais ocupações para pessoas não cisgêneras no Brasil. Benevides e Nogueira, no relatório de 2019 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), apontam que 90% de travestis e transexuais brasileiros(as) recorrem à prostituição em algum momento da vida, como forma de obtenção de renda. A maior parte das prostituições ocorrem por contato com clientes na rua. Apenas 4% das transexuais femininas se encontram em empregos formais, com possibilidade de progressão de carreira, e cerca de 6% em atividades informais e subempregos.

As autoras também mencionam, em correspondência à prostituição, a pouca escolarização de travestis e transexuais no Brasil, denunciando a inequidade do direito e acesso à educação por

parte de pessoas que não conformam gêneros e sexualidades heterocentradas¹ e binárias. Também, em correlação, mencionam que grande parte das pessoas transexuais e travestis são expulsas de casa ainda jovens, e acabam vivendo em situação de vulnerabilidade social e precariedade (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

Especialmente sobre o acesso à educação, de acordo com os dados do Projeto Além do Arco-Íris, da Afro Reggae, apenas 0,02% das travestis e mulheres transexuais cursam ensino superior em universidades, enquanto 72% não possuem o ensino médio completo e 56% não possuem sequer o fundamental completo. Dentre os homens transexuais, estima-se que 80% destes tenha concluído o ensino médio e seja a maior parcela de trans nos empregos informais, com índice superior a 70%. Mesmo que os dados sobre homens transexuais sejam muito baixos e quase não há informações sobre eles na prostituição, o Projeto indica que, no geral, atendam em privês e locais que oferecem mais segurança do que o trabalho das ruas, normalmente exercido por mulheres transexuais e travestis (AFROREGGAE, 2020).

Ainda, Benevides e Nogueira (2019) alertam para o *ranking* mundial de assassinatos de pessoas transexuais e travestis, no qual o Brasil figura em primeira posição há 10 (dez) anos. Vinculado ao alto índice de homicídios de pessoas travestis e transexuais, menciona-se que existe um critério racial vinculado aos assassinatos, com 82% das vítimas negras, assim como, um critério misógino, com 97% das vítimas mulheres. O ódio de gênero e a transfobia também estão associados aos crimes perpetrados, com 80% dos casos cometidos com crueldade, por espancamento, tiros, afogamentos, torturas, violência sexual e métodos cruzados. Finalmente, 67% das mortes foram de profissionais do sexo, que estão mais expostos à violência direta. Nesse sentido, no Brasil, a prostituição aparece como uma profissão de risco, principalmente para pessoas travestis e transexuais.

Sobre a violência transfóbica, é importante mencionar que a expectativa de vida de uma trans feminina ou travesti é de 35 anos, enquanto a expectativa de vida da população brasileira cisgênera é de 74,9 anos (IBGE, 2013). Para além da realidade brasileira, Farley (2004) aponta uma estimativa mundial de que 65-95% das pessoas que se prostituem sofreram abuso sexual quando crianças, e cerca de 60-70% foram estupradas durante a atividade laboral de prostituição. Ainda, 75% das pessoas que exercem a prostituição já moraram na rua em algum momento de suas vidas e que cerca de 90% das pessoas querem exercer outra profissão, mas não têm outras opções de sobrevivência.

¹ Como exemplifica Bento (2008), quando os genitores aguardam a chegada de um bebê, animam-se em relação ao sexo e aguardam ansiosos pelo momento de descobrir se é menino ou menina. Desse momento em diante, criam uma expectativa exagerada sobre um corpo que ainda está se formando. Depois do nascimento e até a vida adulta, essa criança é guiada a corresponder com todas as características desse gênero, produzindo masculinidades e feminilidades condicionadas ao órgão genital.

Pelúcio (2005) retratou a prostituição sob o ponto de vista das travestis, afirmando: (1) ser uma atividade desprestigiada, com a qual só se envolveriam por necessidade, saindo dela assim que possível; (2) ser uma forma de ascender socialmente e ter conquistas materiais e simbólicas; (3) ser um trabalho, portanto, gerador de renda e criador de um ambiente de sociabilidade. Além dessas alternativas, ainda existem diversas outras que não foram levantadas.

Diante desses dados e levantamentos, que envolvem não apenas a prostituição de pessoas transexuais e travestis, mas os riscos laborais fundados na violência misógina, transfóbica e racial, além de inequidade de acesso a empregos formais e à escolarização, esta pesquisa objetiva investigar a realidade de pessoas travestis e transexuais que exercem a prostituição na cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. Especialmente, tem por objetivo investigar os fatores que levam essas pessoas a exercerem o labor sexual (i.e., a prostituição).

Problematiza-se: quais são as principais causas que levam travestis e transexuais a se prostituírem na cidade de Passo Fundo/RS? Apresenta, como hipótese, que a necessidade de subsistência é o fator principal para travestis e transexuais se prostituírem na cidade de Passo Fundo. Elenca-se a inequidade de acesso à escolarização e a falta de oportunidades profissionais como o fio condutor, de maneira que, por não serem aceitas em empregos formais, pelo fator de gênero, exercem a prostituição para obterem renda e subsistência. Dessa forma, a hipótese rejeita a tese de liberdade de escolha laboral de prostituição no caso das pessoas travestis e transexuais em Passo Fundo.

Metodologicamente, realiza-se um levantamento sobre a prostituição de pessoas travestis e transexuais, especialmente pela metodologia do estado da arte. Sequencialmente, realiza-se uma pesquisa empírica de caráter quantitativa, com participantes travestis e transexuais que moram ou laboram na cidade de Passo Fundo. Trata-se de uma cidade localizada no Sul do Brasil e no interior do estado do Rio Grande do Sul. Em 2021, a cidade de Passo Fundo contava com aproximadamente 206,1 mil habitantes².

A pesquisa foi realizada de forma *online*, entre março e abril de 2021, hospedada na plataforma *googleforms*. Na pesquisa, foram apresentadas nove perguntas objetivas para averiguar as causas que levam as pessoas travestis e transexuais a recorrer à prostituição como atividade laboral e fonte de renda ou subsistência. Apresenta-se uma análise descritiva dos dados, com tabulação organizada de números de respostas, de acordo com as categorias de variáveis. A pesquisa está aprovada pelo Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) sob o n. 37119420.0.0000.5319.

² Disponível em: <https://www.onacional.com.br/brasil/5/2021/08/27/populacao-de-passo-fundo-aumenta.118326> Acesso em 29 ago. 2021.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ESTADO DA ARTE

Paul Preciado (2018), filósofo trans, afirma que o sexo e a sexualidade se tornaram o centro da atividade política e econômica mundial. A partir da noção de *potentia gaudendi*, ele entende:

É uma força de transformação do mundo em prazer – “prazer com”. A *potentia gaudendi* reúne ao mesmo tempo todas as forças somáticas e psíquicas, e reivindica todos os recursos bioquímicos e estruturas da mente. No capitalismo farmacopornográfico, a força de trabalho revelou seu verdadeiro substrato: a força orgásmica, ou *potentia gaudendi*. O que o capitalismo atual tenta colocar para trabalhar é a *potentia gaudendi*, seja qual for a forma em que exista: seja na forma farmacológica (uma molécula consumível e um agente material que vai operar dentro do corpo da pessoa que a está absorvendo), na forma de representação pornográfica (um signo semiótico-técnico que pode ser convertido em dado numérico ou transferido para a mídia digital, televisiva ou telefônica) ou na forma de serviço sexual (uma entidade farmacopornográfica viva, com sua força orgásmica e seu volume afetivo colocados a serviço de um consumidor por determinado tempo, de acordo com um contrato mais ou menos formal de venda de serviços sexuais). (PRECIADO, 2018, p. 45)

Preciado insiste que nessa produção política existe uma grande assimetria de classe, de gênero e de raça, assim como, permanece uma assimetria de remuneração econômica e *status* profissional. Aparecem, como características do trabalho sexual, a “falta de segurança, venda de serviços corporais e emocionais a preços baixos, desvalorização social do corpo que executa o trabalho, exclusão do direito de residência.” (2018, p. 311) Contudo, o autor também afirma que a restrição da prostituição como categoria de trabalho reconhecida e organizada,

[...] não são resultado de um desejo de proteger os direitos das mulheres frente à objetificação de seus corpos no mercado, como afirmaram em uníssono diferentes vozes da esquerda, da direita e de diversos feminismos. Ao contrário. Se é necessário (tanto no discurso de direita como no de esquerda) negar que o sexo pode ser objeto de trabalho, de intercâmbio econômico, de serviço ou de contrato, é porque esta eventual abertura da categoria de trabalho coloca em questão os pretensos valores puritanos do espírito do capitalismo, ou, pior, deixa à mostra os autênticos valores pornôis que lhe são inerentes. (PRECIADO, 2018, p. 307)

Nesse sentido, o mencionado autor desnuda a moralidade por detrás das proibições à prostituição, embora aborde o tema levando em consideração o exercício da prostituição por mulheres, enquanto “corpo penetrável”. Tomando em consideração os argumentos expostos pelo renomado filósofo trans, Paul Preciado, há que se questionar os espaços de prostituição no Brasil, especialmente quando ocupados por pessoas trans e travestis, dada a estrutural violência a que são submetidas pela transgressão às normas de gênero e a maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal e informal brasileiro.

No Brasil, ainda são inexistentes os dados oficiais e governamentais que retratam as vivências, historicidades e temporalidades de pessoas transgêneras e travestis. Os dados existentes, em sua maioria, são catalogados e divulgados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Especialmente com relação à travestilidade e transexualidade, estima-se que 90% dessas pessoas recorrem à prostituição em algum momento da vida como forma de obtenção de renda e de subsistência (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

Logo, trata-se de um tema sensível em duplo aspecto (PÉREZ-TARRES *et al.*, 2019). Em primeiro lugar, pela sensibilidade à questão de gênero dissidente do sistema heterocentrado e binário, ainda estigmatizado e marginalizado na sociedade brasileira. Em segundo lugar, pela sensibilidade no que se refere à prostituição, labor sexual também estigmatizado e marginalizado no Brasil³.

No intuito de conhecer melhor as pesquisas já existentes que abordam o labor sexual (i.e., prostituição) exercido por pessoas travestis e transgêneras, buscou-se realizar uma pesquisa em estado da arte na plataforma *SciELO – Scientific Electronic Library Online*. A busca foi realizada em fevereiro de 2021, pelas seguintes palavras-chave: ((prostituição) AND (trans)), que resultou em 6 (seis) estudos, e ((prostituição) AND (travesti)), que resultou em 11 (onze) estudos.

Analizou-se o título, o resumo e as palavras-chave dos 17 (dezesete) estudos encontrados para verificar a aderência à pesquisa. Nessa etapa, excluiu-se 2 (dois) estudos, os quais não possuíam aderência à temática. Sequencialmente, excluiu-se 2 (dois) estudos que abordavam as temáticas de travestilidade e prostituição no Chile e na Itália, visto que o intuito dessa pesquisa é conhecer a realidade brasileira. Como última etapa, excluiu-se as resenhas de livros achadas e os artigos duplicados na pesquisa. Selecionou-se, finalmente, 7 (sete) estudos para análise.

As principais discussões nos estudos voltam-se para as problemáticas da falta de recursos financeiros, exclusão das pessoas trans da educação formal e do labor formal, expulsão de casa e violência.

No Brasil, a comunidade LGBTI+ vem ganhando visibilidade e reconhecimento como sujeito social. Por outro lado, “as trajetórias de vida de travestis e da população trans como um todo no Brasil têm sido marcadas pela exclusão, discriminação e violência.” (MONTEIRO; BRIGEIRO, 2019, p. 2)

³ Conforme Lee (1993) um trabalho ou pesquisa sensível envolve temas que podem gerar um sentimento de ameaça ao participante, além de se relacionar com aspectos privados ou estressantes da sua vida pessoal. Temas sensíveis também apresentam relação com o medo da possibilidade de que a informação do participante possa ser revelada ou incriminar o participante (a ideia de controle social). Por fim, tratam-se de temas que podem envolver os interesses de pessoas ou instituições poderosas que podem exercer coerção ou dominação sobre os participantes.

Em pesquisa qualitativa, Monteiro e Brigeiro afirmam que “traços característicos do universo travesti reiterados na produção acadêmica foram verificados nas trajetórias das entrevistadas” (2019, p. 3). Dentre eles, o “pertencimento às camadas populares, afastamento da família de origem na adolescência e atuação na prostituição” (2019, p. 3). Principalmente, a entrada na prostituição é orientada pela necessidade de autossustento e pelo processo de transformação de gênero e corporal, ou seja, “em todos os casos, a prostituição garantiu as condições econômicas para realizar as intervenções manejadas por profissionais de saúde da rede privada” (2019, p. 7). A maioria das entrevistadas possuía baixa escolaridade e nenhuma havia completado o ensino superior.

Em sua pesquisa, Borba (2010, p. 22) reitera a relação entre exclusão, marginalização e prostituição, afirmando que “por viverem nos limiares discursivos dos gêneros, as travestis têm sido marginalizadas e impedidas de levar suas vidas fora da prostituição.”

Em outra pesquisa qualitativa, realizada por Jimenez e Adorno (2009, p. 346), aparecem relatos que referem a entrada na prostituição como parte de “um universo permeado pelo sentimento de exclusão dos espaços socialmente reconhecidos e valorizados.”

A escolha pela prostituição também aparece vinculada à identidade travesti. No relato de uma mulher travesti, em pesquisa qualitativa, ela “se afirma, inicialmente, como um homem homossexual e passa, posteriormente, a reivindicar a expressão de uma identidade feminina que, vinculada com a prostituição, demarca para ela a identidade travesti.” (PAULINO; MACHIN; PASTOR-VALERO, 2020, p. 5) Segundo os pesquisadores, o relato mencionado é recorrente na construção da identidade travesti, em vinculação ao labor sexual.

Por outro lado, as demais pesquisas analisadas avaliam a necessidade de se repensar a prostituição para além da moralidade. Longaray e Ribeiro (2016), por exemplo, mobilizam a ideia de que a prostituição é uma experiência que “necessita do corpo carne e do corpo prazer.” (2016, p. 776) Para as autoras, embora a prostituição, para muitas travestis, seja continuamente caracterizada com uma forma de sustento quando outras inexistem, além de uma exploração do corpo, acompanhada muitas vezes de violência, de maneira marginalizada, ela também pode ser visualizada como aparato de produção de sociabilidade, visibilidade e de produção de feminilidade. Assim é que, por exemplo, no relato de uma participante de pesquisa, o espaço da prostituição “permite às travestis e transexuais novas formas de viver, isto é, de (re)inventar suas subjetividades.” (2016, p. 779)

Ao entrevistarem uma participante para quem a prostituição é uma escolha, Longaray e Ribeiro (2016) percebem que a prostituição pode ser entendida como uma mescla entre a fabricação de si e a luta pela sobrevivência. Assim, “a prostituição, para muitas travestis, parece ser desejada, representando eficiência na construção da feminilidade.” (2016, p. 777)

Resultados similares foram encontrados na pesquisa qualitativa realizada por Larissa Pelúcio (2005, p. 223). Nessa pesquisa, por um lado, há que se desmistificar a ideia de que a única profissão exercida por travestis é a prostituição. Por outro lado, para aquelas que exercem a profissão, deve ela ser pensada a partir de vários fatores, principalmente, como forma de ascender socialmente, como atividade desprestigiada ou como trabalho e renda.

Dessa forma, em sentido positivo, os territórios de prostituição são entendidos como “locais fundamentais para a construção da pessoa travesti.” (PELÚCIO, 2005, p. 221). Inclusive, nesses territórios é que elas “namoram, encontram e fazem amigas, compram roupas, aprendem técnicas corporais importantes, além, é claro, de ganhar o seu “aque”.” (2005, p. 224) Os territórios de prostituição também são vistos como territórios de sociabilidade, embora não isentos de violência, mas contribuem para o pertencimento, principalmente, porque são pessoas que saem de casa cedo, ainda adolescentes, e tem como fonte de renda e sustento a prostituição.

A prostituição como espaço de socialização, para além do sustento individual, igualmente aparece na pesquisa de Lopes, Peres e Sales (2020). Em outras palavras, pode-se vislumbrar a “prostituição como forma de trabalho, mas também como práticas sociais, estéticas, táticas e políticas de sobrevivência e prazeres; podendo agir como manutenção e/ou subversão dos estilos de vidas heteronormativas, padrões universais e estereótipos biologizantes.” (2020, p. 306) Assim, a prostituição também envolve poder, força e resistência.

Lopes, Peres e Sales mencionam que, de um lado, relega-se “travestis e transexuais a territórios de subjetivações específicos, como o do mercado do sexo” (2020, p. 307), o que constitui uma forma de violência estrutural que recai sobre gêneros e sexualidades dissidentes. Nesse sentido, a própria ideia da “prostituição como um destino comum, considerado o único território possível para a existência de travestis e transexuais, é uma evidência desta violência, conduzida por uma dinâmica social excludente.” (2020, p. 307) De outro lado, há que se desmoralizar os regimes de verdades que regulam as práticas sexuais, inclusive no que se refere à prostituição. Em resumo:

Recorremos à prostituição para iniciar esta empreitada e, a partir dessa associação e de apontamentos iniciais, queremos fazer outras perguntas. E se uma pessoa travesti ou transexual que se prostitui (pois não são, obviamente, todas as pessoas travestis e transexuais que o fazem) não o faz por necessidade ou falta de oportunidades? E se manifestar desejo pessoal por este tipo de prática? Obviamente, não podemos reduzir os atravessamentos que agem nos referidos modos de subjetivação a dois eixos polarizados: necessidade ou desejo. Assim, cabe uma última pergunta: como, nesse caso, poderia o sistema de regulação de gêneros desviar tais pessoas desta subversão? (LOPES; PERES; SALES, 2020, p. 309)

Finalmente, os mencionados autores apontam para dinâmicas sociais estruturalmente excludentes e transfóbicas, como a dificuldade de acesso aos direitos básicos, exclusão do espaço

familiar, exclusão do espaço educacional e barreiras para o ingresso no mercado de trabalho formal (LOPLES; PERES; SALES, 2020, p. 308).

Diante dos estudos analisados, parece possível corroborar as enunciações feitas pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, principalmente, no que se refere à violência social, simbólica e física a que corpos transexuais e travestis são sujeitos, que acarreta, em muitos casos, a expulsão de casa e do ambiente familiar, a exclusão do sistema educacional e do mercado de trabalho formal. Além disso, em muitos casos, a prostituição é a única possibilidade de renda e sustento.

Por outro lado, os estudos também apontam para a necessidade de se vislumbrar a prostituição e o mercado do sexo com uma visão não moralista, a fim de compreender que muitas pessoas, inclusive travestis e transexuais, escolhem o trabalho da prostituição por livre vontade.

Nesse sentido, pode-se pensar a prostituição a partir de uma visão emancipadora, conforme Despentes (2016, p. 19): “Tornei-me puta, calcorrei a cidade de saltos altos e decotes pronunciados, sem prestar contas a ninguém, arrecadei e gastei cada cêntimo que me pagaram.” Em outras palavras:

É daqui que escrevo, enquanto mulher não sedutora, mas ambiciosa, atraída pelo dinheiro que eu própria ganho, atraída pelo poder de fazer e de recusar, atraída pela cidade e não pelo interior, sempre excitada pelas experiências e incapaz de me satisfazer com o relato que me dão de fazer delas. Estou-me nas tintas para dar tesão a homens que não são o meu sonho. Nunca me pareceu evidente que as raparigas sedutoras tivessem assim tanto gozo com isso. Sempre me senti feio, e acomodo-me tanto melhor a essa circunstância quanto foi precisamente ela que me salvou de uma vida de merda a gramar tipos simpáticos que nunca me teriam levado mais longe do que a linha azul dos Vosgues. Estou contente comigo assim como sou, mais desejosa do que desejável. (DESPENTES, 2016, p. 9)

Além disso, os espaços e territórios de prostituição podem ser compreendidos como espaços de sociabilidade; ainda, a própria prostituição pode ser percebida como um espaço de transgressão e de potência.

2 MÉTODO E ESTRUTURA DA PESQUISA QUANTITATIVA

Tematizou-se a prostituição na cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil, especialmente àquela exercida em atividade laboral por pessoas transexuais homens e mulheres e mulheres travestis. De maneira geral, a prostituição é uma atividade exercida principalmente por mulheres cisgêneras e por travestis e transexuais mulheres. No entanto, pouco se questiona sobre as causas que levam travestis e transexuais a exercer a mencionada atividade laboral como meio de subsistência.

Os poucos dados existentes no Brasil, grande parte deles divulgados pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), apontam para poucas oportunidades de emprego formal ao longo da vida de travestis e transexuais. Com o levantamento prévio efetuado, busca-se realizar uma pesquisa de campo na cidade de Passo Fundo, empírica e quantitativa, por meio de questionário, para investigar os motivos/causas que levam travestis e transexuais a recorrerem à prostituição como fonte principal ou secundária de renda e subsistência. Partiu-se de duas premissas: os motivos da prostituição como atividade laboral, sendo a livre escolha ou a falta de oportunidades.

O(a)s participantes da pesquisa são pessoas travestis e transexuais que moram ou laboram na cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul. Foi oportunizado a todas as pessoas responder o questionário *online* aplicado. O(a)s participantes foram divididos em três grupos, para melhor comparação e análise das respostas, sendo a divisão efetuada da seguinte maneira: (a) homens transexuais; (b) mulheres transexuais; e, (c) mulheres travestis. Trata-se de uma divisão importante para garantir o respeito às subjetividades do(a)s participantes.

O(a)s participantes da pesquisa foram admitidos pelos seguintes critérios: ser mulher transexual, homem transexual ou mulher travesti. Não foram aceitas pessoas menores de 18 (dezoito) anos ou com 18 (dezoito) anos incompletos.

A pesquisa foi efetuada por meio de questionário, compreendendo questionamentos sobre: idade, gênero de identidade, escolaridade, registro de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), exercício de trabalho formal ou informal (excluída a prostituição) ao longo da vida, exercício da prostituição como fonte de trabalho informal, vontade e oportunidade de deixar de exercer a prostituição, fontes de renda individual, oportunidades laborais e discriminação em razão do gênero, motivos para o exercício da prostituição como atividade laboral, e idade que tinha quando começou a se prostituir.

A pesquisa esteve hospedada da plataforma digital *googleforms*⁴, entre a data de 30 (trinta) de março de 2021 a 19 (dezenove) de abril de 2021. O(a)s participantes responderam a pesquisa de maneira *online* e puderam escolher responder ou desistir durante ou antes de iniciar a pesquisa, sem prejuízo. O(a)s participantes também responderam de forma anônima, visando a proteção do sigilo. O questionário foi disponibilizado aos participantes por meio de redes sociais e bola de neve, isso é, os participantes indicavam o questionário para outros possíveis respondentes.

A coleta de dados foi feita por meio de questionário quantitativo contendo questões claras e objetivas. A partir das respostas do(a)s participantes ao questionário, confeccionou-se relatórios contendo informações verificadas, aplicadas e registradas, dando destaque às respostas objetivas

⁴ Disponível em: <https://docs.google.com/forms/u/0/?tgif=d>

elencadas nas perguntas. Foi realizada uma análise descritiva dos dados, com tabulação organizada de números de respostas, de acordo com as categorias de variáveis. Além do relatório qualitativo, os dados também foram quantificados através de percentuais gráficos a ilustração dos resultados.

Atendendo ao decretado na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, por se tratar de pesquisa de opinião pessoal, o risco ao participante é mínimo, podendo gerar desconforto e constrangimento. Para minimizar e evitar os riscos, garantiu-se a confidencialidade dos dados do(a)s participantes, bem como, se garantiu a possibilidade de não responder questões que o participante considerasse constrangedoras. A respeito das probabilidades de danos imediatos ou posteriores, individuais ou coletivos, a análise apontou que não parece haver risco aos participantes, tais como, econômicos, psicológicos ou outros. A pesquisa buscou analisar os motivos que levam as pessoas transexuais e travestis a recorrerem a prostituição como matriz de renda. Dessa forma, a pesquisa pareceu ser positiva para o(a)s participantes conhecerem os dados sobre as demais pessoas do mesmo gênero na sua cidade e para comparação com dados existentes em nível nacional. A pesquisa foi aprovada pelo parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) n. 4.416.120 – registrado com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE), sob o n. 37119420.0.0000.5319, na data de 23 de novembro de 2020.

Aos participantes, foi garantido o sigilo da identificação, a garantia da privacidade, o acesso aos resultados da pesquisa, assim como, a liberdade para obter informações sobre a participação voluntária à pesquisa. Foi garantida a liberdade de poder se recusar a participar ou a retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

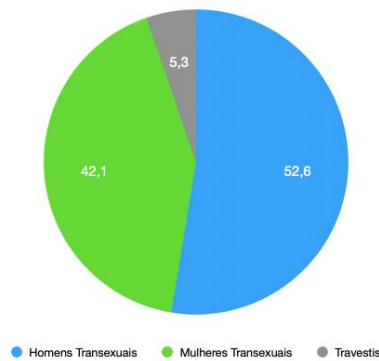
3 RESULTADOS

Em 2021, a cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil, conta com aproximadamente 206,1 mil habitantes⁵. Não existem dados sobre a quantidade de pessoas transgêneras ou travestis na mencionada cidade. Durante o período de coleta de dados, obteve-se 19 (dezenove) respondentes. Todos os respondentes concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), estando de acordo em participar do estudo e permitindo que os dados obtidos fossem utilizados nesta pesquisa, bem como, cientes de que suas identidades seriam respeitadas. Dos respondentes, 10 (dez)

⁵ Disponível em: <https://www.onacional.com.br/brasil/5/2021/08/27/populacao-de-passo-fundo-aumenta.118326> Acesso em 29 ago. 2021.

apontaram como identidade de gênero “homens transexuais”, 8 (oito) “mulheres transexuais” e 1 (uma) “travesti”, conforme gráfico abaixo.

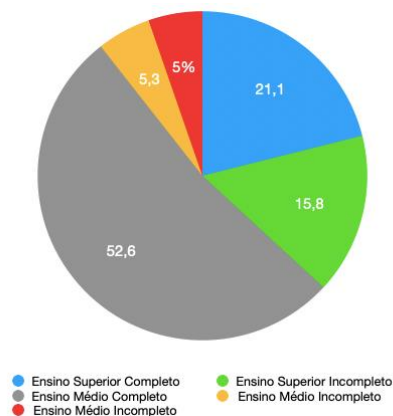
Gráfico 1: Identidade de gênero



Fonte: Autoras.

Especialmente com relação à pergunta sobre escolaridade, a maioria do(a)s respondentes possuía ensino médio completo (52,6%), seguido pelo ensino superior completo (21,1%), ensino superior incompleto (15,8%), ensino médio incompleto (5,3%) e ensino fundamental incompleto (5,3%).

Gráfico 2: Escolaridade



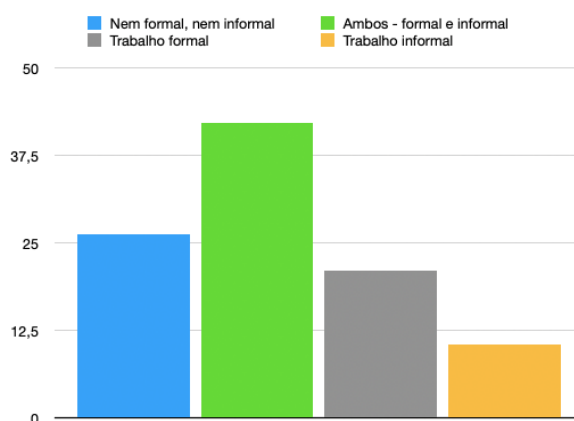
Fonte: Autoras.

Também sobre a escolaridade, outro dado quantitativo extraído foi em vinculação à idade do(a)s respondentes. Para aqueles que responderam possuírem ensino médio incompleto e completo, a idade variou entre 18 a 45 anos, com maior incidência entre os jovens de 18 a 25 anos. Para aqueles

que responderam possuírem ensino superior incompleto ou completo, a idade variou entre 20 e 36 anos. Finalmente, não houve relevância da identidade de gênero para a variação de escolaridade.

Sequencialmente, com relação à Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), 94,7% dos respondentes afirmaram possuir registro. Perguntado(a)s sobre exercerem ou já terem exercido trabalho formal ou informal, que não fosse a prostituição, apenas 5 (cinco) respondentes afirmaram que “não”, correspondendo a 26,3%. Os demais já exerceram ou exercem trabalhos formais e informais (42,1%), apenas formal (21,1%) e apenas informal (10,5%), conforme gráfico abaixo.

Gráfico 3: Exercício de trabalho formal ou informal (que não a prostituição)

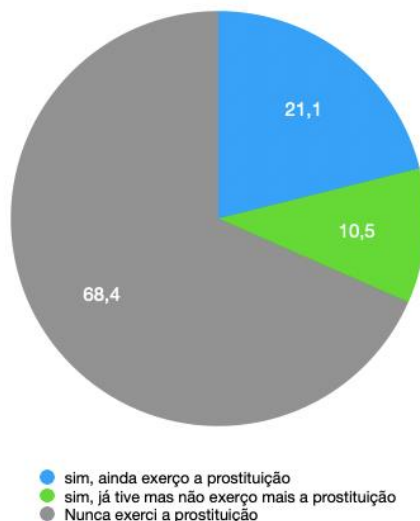


Fonte: Autoras.

Especialmente com relação à prostituição, foi questionado: “Exerce ou já exerceu a prostituição como trabalho?”. 21,1% do(a)s respondentes afirmaram que ainda exercem a prostituição e 10,5% já exerceu a prostituição, mas não exerce mais. 68,4% do(a)s respondentes nunca exerceram a prostituição.

Inclusive, analisando os dados sobre o exercício de outro trabalho, que não seja a prostituição, é possível afirmar que nem todos aqueles que responderam que nunca exerceram outro trabalho já tenham exercido a prostituição; dos cinco respondentes (27,8%) que afirmaram que não exerciam ou nunca exerceram outro trabalho, três também nunca exerceram a prostituição como trabalho. Ainda, os 27,8% que nunca exerceram trabalho, formal ou informal, são bastante jovens, com idade variando entre 18 e 28 anos, com ênfase na maior porcentagem de pessoas com 19 anos.

Gráfico 4: Exerce ou já exerceu a prostituição como trabalho?

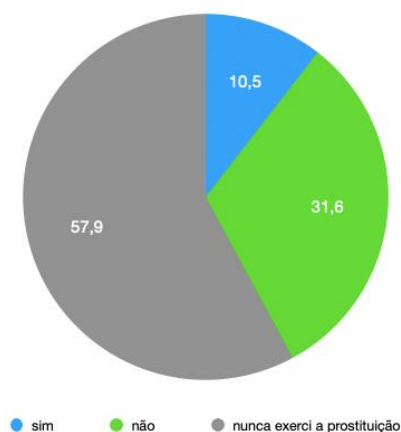


Fonte: Autoras.

Dos 31,6% dos respondentes que afirmaram já terem exercido ou que ainda exercem a prostituição, isso é, 6 (seis) pessoas ao total, quatro são mulheres transexuais e dois são homens transexuais. A idade desses respondentes varia entre os 19 e 26 anos.

Perguntados sobre se já tiveram a oportunidade de deixar a prostituição para exercer outra atividade, 57,9% dos respondentes afirmaram nunca terem exercido a prostituição. Ainda, 10,5% afirmaram que tiveram a oportunidade de deixar a prostituição e 31,6% afirmaram que não tiveram a oportunidade, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 5: Já teve a oportunidade de deixar a prostituição para exercer outra atividade?

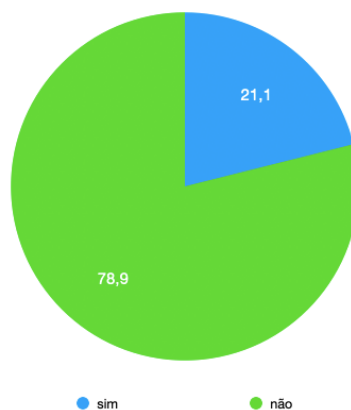


Fonte: Autoras.

Sob a perspectiva de gênero, o(a)s respondentes que já tiveram a oportunidade de deixar a prostituição para exercerem outra atividade são homens transexuais; e todos os respondentes que afirmaram não terem tido oportunidade para deixar a prostituição são mulheres transexuais.

Para a pergunta “se ainda exerce a prostituição, essa é sua única fonte de renda?”, 78,9% dos respondentes afirmaram que não e 21,1% dos respondentes afirmaram que sim. Importante mencionar que dos 78,9% que responderam “não”, apenas uma pessoa ainda exerce a prostituição, tendo outra(s) fonte(s) de renda. Por outro lado, para os 21,1% que responderam “sim”, todas ainda exercem a prostituição e todas são mulheres transexuais. Apenas uma respondente que ainda exerce a prostituição não tem essa atividade como única fonte de renda.

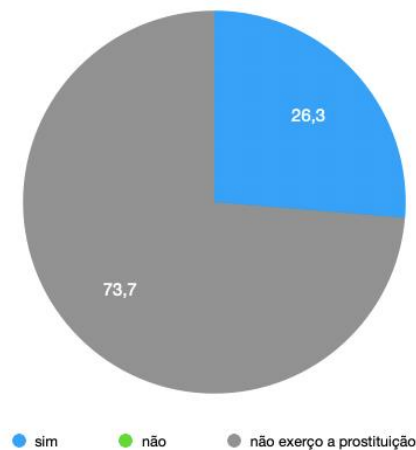
Gráfico 6: Se ainda exerce a prostituição, essa é sua única fonte de renda?



Fonte: Autoras.

Sequencialmente, para a pergunta “deixaria a prostituição se tivesse a oportunidade de exercer outra atividade?”, 73,7% afirmaram não exercerem a prostituição e 26,3% afirmou que sim. Nenhum dos respondentes afirmou que não deixaria a prostituição por outras oportunidades.

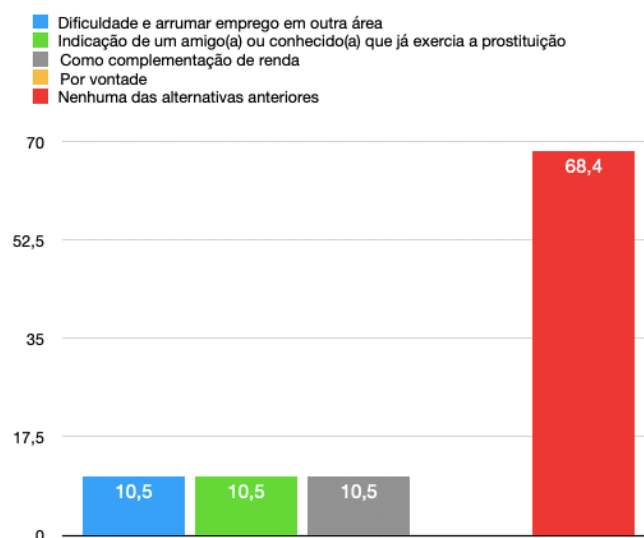
Gráfico 7: Deixaria a prostituição se tivesse a oportunidade de exercer outra atividade?



Fonte: Autoras.

Questionados sobre os motivos que levaram à escolha da prostituição como profissão, 10,5% responderam “como complementação de renda”, 10,5% responderam “por dificuldade em arrumar emprego em outra área” e 10,5% responderam “por indicação de um amigo(a) ou conhecido(a) que já exercia a prostituição”. Nenhum dos respondentes respondeu “por vontade” e 68,4% afirmou “nenhuma das alternativas anteriores”, os quais correspondem às pessoas que nunca exerceram a prostituição.

Gráfico 8: Qual o principal motivo que levou você a buscar pela prostituição?

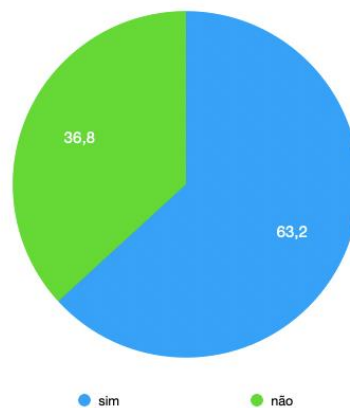


Fonte: Autoras.

Quando perguntados sobre a idade de início da prostituição – “Com que idade você começou a se prostituir” – 14 (catorze) respondentes nunca se prostituíram. Dos que já exerceram ou ainda exercem a prostituição, 4 (quatro) pessoas afirmaram que começaram antes de completar 18 (dezoito) anos e 2 (duas) pessoas afirmaram que começaram entre os 18 e os 25 anos.

Finalmente, questionou-se “Você considera que possui pouca ou nenhuma oportunidade profissional apenas por ser travesti/transsexual?” 36,8% dos respondentes afirmaram que não, sendo todos homens transexuais; e 63,2% afirmou que sim, sendo mulheres transexuais, travestis e homens transexuais.

Gráfico 9: Você considera que possui pouca ou nenhuma oportunidade profissional apenas por ser travesti/transsexual?



Fonte: Autoras.

Esses são os resultados encontrados na coleta de dados da pesquisa quantitativa efetuada. Passa-se à análise das discussões.

CONCLUSÃO

Buscou-se investigar a realidade de pessoas travestis e transexuais que exercem a prostituição na cidade de Passo Fundo, especialmente, investigar os fatores que levam essas pessoas a exercerem o labor sexual.

Problematizou-se as principais causas que levam travestis e transexuais a se prostituírem na cidade de Passo Fundo e apresentou-se como hipótese que a necessidade de subsistência é o fator principal para travestis e transexuais se prostituírem. Elencou-se a inequidade de acesso à escolarização e a falta de oportunidades profissionais, de maneira que, por não serem aceitas em

empregos formais, pelo fator de gênero, acabam se prostituindo para obterem renda e subsistência. Dessa forma, a hipótese rejeitou a tese de liberdade de escolha laboral de prostituição no caso das pessoas travestis e transexuais em Passo Fundo

Por meio da pesquisa quantitativa realizada, os respondentes afirmaram que começaram a exercer a prostituição (a) em razão da dificuldade de arrumar emprego em outra área; (b) como complementação de renda; e, (c) a partir da indicação de um amigo(a) ou conhecido(a) que já exercia a prostituição. Nenhum dos respondentes afirmou que começou a exercer a prostituição “por vontade”, rejeitando o resultado das pesquisas de Longaray e Ribeiro (2016), segundo a qual a prostituição é uma escolha.

Inclusive, quando perguntados se a prostituição é a única fonte de renda, apenas um respondente informou que não. Todos os demais respondentes que exercem a prostituição afirmaram que sim. Aliado a esses fatores, 63,2% dos respondentes afirmaram que consideram ter pouca ou nenhuma oportunidade profissional apenas em razão da identidade de gênero, ou seja, por ser travesti ou transexual.

Nesse sentido, por exemplo, quando perguntados se já tiveram a oportunidade de deixar a prostituição para exercer outra atividade, 57,9% dos respondentes afirmou nunca ter exercido a prostituição. Por outro lado, 10,5% afirmaram que tiveram a oportunidade de deixar a prostituição e 31,6% afirmaram que não tiveram a oportunidade. Todos aqueles que afirmaram que já tiveram a oportunidade de deixar a prostituição para exercer outra atividade são homens transexuais, o que coincide também com os respondentes que entenderam que não tem poucas oportunidades de trabalho em razão de gênero. Ainda, todos os respondentes que exercem a prostituição afirmaram que deixariam esse labor caso tivessem a oportunidade de exercer outras atividades profissionais.

Esses dados, apesar dos poucos respondentes da pesquisa, vão ao encontro dos resultados apresentados por Monteiro e Brigeiro (2019, p. 3), os quais afirmam que a entrada na prostituição é orientada pela necessidade de autossustento; além dos dados apresentados por Benevides e Nogueira, da ANTRA, sobre a necessidade de autossustento como fator principal da prostituição de travestis e transexuais no Brasil. Nesse sentido, a pesquisa parece corroborar o levantamento de dados sobre a temática apresentado na revisão de estado da arte. Contudo, foram poucos os participantes, o que impede uma corroboração ou refutação da hipótese apresentada nesta pesquisa.

Por outro lado, os dados encontrados nessa pesquisa, com foco no município de Passo Fundo, demonstram uma maior possibilidade de empregabilidade de travestis e transexuais respondentes que os dados nacionais apresentados pela ANTRA. Em nível nacional, aponta-se de 90% das travestis e transexuais no Brasil já recorreram a prostituição em algum momento da vida. Além disso, apenas

4% das pessoas transexuais encontram-se em empregos formais e 6% em empregos informais (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

Em Passo Fundo, a maior parte dos respondentes exerce trabalhos formais e informais que não correspondem à prostituição, ou seja, 68,4% dos respondentes nunca exerceram a prostituição e apenas 21,1% dos respondentes já exerceram ou ainda exercem a prostituição. Ainda, 42,1% dos respondentes que afirmaram que já exerceram ou exercem trabalhos formais e informais; 21,1% já exerceu ou exerce trabalho apenas formal e 10,5% já exerceu ou exerce apenas trabalhos informais.

Afirmou-se na hipótese, ainda, a inequidade de acesso à escolarização por parte de pessoas travestis e transexuais. Esse fato é reiterado pela ANTRA, que afirma que em nível nacional, travestis e transexuais tem pouco acesso à escolarização (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019). Também é reiterado pelo Projeto Afro Reggae (2020), que afirma que apenas 0,02% das travestis e mulheres transexuais cursam ensino superior em universidades, enquanto 72% não possuem o ensino médio completo e 56% não possuem sequer o fundamental completo. Já entre os homens transexuais, estima-se que 80% destes tenha concluído o ensino médio.

No município de Passo Fundo, os dados dos respondentes relativos à escolarização estão em dissonância com a média nacional, sendo mais elevados. Em primeiro lugar, não houve relevância da identidade de gênero para a variação de escolaridade, principalmente entre homens e mulheres transexuais ou travestis. Ainda, enquanto a média nacional apresentada informa que apenas 0,02% das travestis e mulheres transexuais cursam ensino superior em universidades, é possível afirmar que 21,1% dos participantes desta pesquisa – sem diferenças de escolaridade entre homens e mulheres transexuais ou travestis – possuem ensino superior completo e 15,8% possuem ensino superior incompleto. Mais do que isso, enquanto a média nacional aponta para 72% de travestis e transexuais que não possuem o ensino médio completo e 56% que não possuem o ensino fundamental completo, é possível afirmar que 52,6% dos respondentes desta pesquisa afirmaram possuírem o ensino médio completo e apenas 5,3% possuíam o ensino fundamental incompleto.

Nesse sentido, para a realidade dos respondentes de Passo Fundo, não parece haver relevância da escolaridade ou do inaccesso à escolarização para o exercício da prostituição, mas uma grande incidência da falta de oportunidades profissionais e da necessidade de renda, o que demanda uma atuação de políticas públicas visando à empregabilidade da população transexual e travesti nesse município, além de políticas de erradicação do preconceito e transfobia.

Finalmente, parece necessário desmistificar a noção de que a única profissão exercida por pessoas transexuais e travestis é a prostituição. Entre os respondentes desta pesquisa, apenas 31,6% já exerceu ou exerce a prostituição e apenas 21,1% anda exerce a prostituição. Mais do que isso,

parece necessário desmistificar que a prostituição é uma profissão apenas exercida por mulheres. Dentre os respondentes desta pesquisa que exerceram a prostituição, alguns são homens transexuais.

REFERÊNCIAS

AFRO REGGAE. Site eletrônico. Disponível em: <https://www.afroreggae.org/?s=alem+do+arco+iris> Acesso em 5 mar. 2020.

BENEVIDES, B. & NOGUEIRA, S. **Dossiê Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Brasil: Antra, 2009.

BENTO, B. **A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond/CLAM, 2006.

BORBA, R. Intertext(sex)ualidade: a construção discursiva de identidades na prevenção de dst/aids entre travestis. **Trab. Ling. Aplic**, v. 49, n. 1, p. 21-37, 2010.

BUTLER, J. **Gender Trouble: feminism and the subversion of identity**. New York/ London: Routledge, 1993.

DESPENTES, V. **Teoria King Kong**. Lisboa: Orfeu Negro, 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

FARLEY, M. **Prostituição é violência sexual**. United States: Psychiatric Times, 2004.

JIMENEZ, L. & ADORNO, R. O sexo sem lei, o poder sem rei: sexualidade, gênero e identidade no cotidiano travesti. **Cadernos Pagu**, v. 33, n. 1, p. 343-367, 2009.

LEE, R. **Doing research on sensitive topics**. London: Sage, 1993.

LONGARAY, D. A. & RIBEIRO, P. R. C. Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção da feminilidade. **Estudos Feministas**, v. 24, n. 3, p. 761-784, 2016.

LOPES, H. P., PERES, W. S., & SALES, A. Prazeres, práticas sexuais e abjeção: travestis, transexuais e os limites em ser “gente”. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 32, n. 3, p. 306-317, 2020.

MARQUES, G. **Regulamentação da prostituição: Efeitos no direito do trabalho**. Monografia (Graduação em Direito). Itajaí: UNIVALI, 2004.

MONTEIRO, S. & BRIGEIRO, M. Experiências de acesso de mulheres trans/ travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. **Cad. Saúde Pública**, v. 35, n. 4, p. 1-12, 2019.

PAULINO, D., MACHIN, R., & PASTOR-VALERO, M. Pra mim, foi assim: homossexual, travesti e, hoje em dia, trans: performatividade trans, família e cuidado em saúde. **Saúde Soc**, v. 29, n. 4, p. 1-11, 2020.

PELUCIO, L. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, v. 25, n. 1, p. 217-248, 2005.

PÉREZ-TARRES., A; *et all.* Consideraciones Metodológicas sobre Investigaciones Sensibles en Metodología Cualitativa. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. 1, p. 112-124, 2019.

PRECIADO, P. **Testo Junkie** – Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

AUTORAS

LEILANE SERRATINE GRUBBA

Doutora em Direito (UFSC/2015), com estágio de pós-doutoramento (UFSC/2017). Mestre em Direito (UFSC/2011). Mestre em Ciências Humanas na Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS/2020). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da ATITUS Educação (Mestrado em Direito). Professora Colaboradora do Mestrado em Psicologia da ATITUS Educação (PPGP). Professora da Escola de Direito (ATITUS Educação). Pesquisadora da Fundação IMED. Pesquisadora Coordenadora do Projeto de Pesquisa e Extensão CineLaw - Cinema, Direitos Humanos e Sociedade: vias para o Empoderamento (CNPq), apoiado pelo Instituto Interamericano de Derechos Humanos (IIDH) e pelo Programa Youth for Human Rights (YHRB). Coordenadora do Projeto de Pesquisa Biopolítica, Gênero e Direito (CNPq). Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDi), cargo de Conselheira Fiscal, gestão 2021-atual. Membro da Comissão para a Mulher - OAB/Passo Fundo. Membro da Comissão da Diversidade Sexual e Gênero da OAB Passo Fundo - RS. Atualmente tem como tema central de pesquisa Epistemologia, Direitos Humanos e Gênero.

E-mail: lsgrubba@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0303-599X>

MARIA PAULA DONELLI

Bacharel em Direito pela Atitus Educação. Pesquisadora do grupo de pesquisa Biopolítica, gênero e direito (CNPq).

E-mail: mariapauladonelli@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-9486-2356>